

Colégio  
00001

Sala  
0001

Ordem  
0001

Dezembro/2018



Ministério Público do  
Estado de Pernambuco

Concurso Público para Provimento de Vagas de  
**Técnico Ministerial**  
**Área Administrativa**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'L12', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

**PROVA**

Conhecimentos Básicos  
Conhecimentos Específicos  
Discursiva-Redação

**Conhec. Básicos / Conhec. Específicos / Disc. Redação**  
**Cargo ou opção L12 - TÉCNICO MINISTERIAL - ADMINISTRATIVA**  
**Tipo gabarito 1**

001 - C	011 - A	021 - E	031 - B	041 - C
002 - E	012 - D	022 - C	032 - C	042 - E
003 - D	013 - B	023 - D	033 - B	043 - D
004 - A	014 - D	024 - A	034 - C	044 - A
005 - B	015 - B	025 - C	035 - D	045 - D
006 - C	016 - E	026 - B	036 - E	046 - B
007 - A	017 - C	027 - B	037 - D	047 - A
008 - B	018 - E	028 - D	038 - A	048 - E
009 - D	019 - C	029 - E	039 - A	049 - B
010 - E	020 - A	030 - A	040 - E	050 - C



## CONHECIMENTOS BÁSICOS

## Língua Portuguesa

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 5, baseie-se no texto abaixo.

## A família dos porquês

A lógica costuma definir três modalidades distintas no uso do termo “porque”: o “porque” causal (“a jarra quebrou porque caiu”); o explicativo (“recusei o doce porque desejo emagrecer”); e o indicador de argumento (“volte logo, você sabe por quê”). Mas há outros aspectos que precisam ser considerados.

Imagine, por exemplo, que alguém inconformado com a morte de uma pessoa especialmente querida exclama: “Eu não consigo entender, isso não podia ter acontecido, por que não eu? Por que uma criatura tão jovem e cheia de vida morre assim?” Um médico solícito, se a ouvir nesse desabafo inconformado, poderá dizer-lhe: “Sinto muito pela perda, mas eu examinei o caso de sua filha e posso dizer-lhe o que houve: ela padecia de má-formação vascular e foi vítima da ruptura da artéria carótida que irriga o lobo temporal direito.”

A explicação do médico é irretocável, mas seria a resposta ao “por quê” do pai inconsolável? Os porquês da ciência são por vezes rasos: mapas, registros e explicações cada vez mais precisas e minuciosas da superfície causal do que acontece. Eles excluem de antemão como ilegítimos os porquês que mais importam. O “porque” da ciência médica nem sequer arranha o “por quê” do pai desconsolado.

(Adaptado de: GIANETTI, Eduardo. **Trópicos utópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 30-31.)

1. Ao considerar os distintos empregos da palavra “porque”, o autor do texto defende sobretudo a ideia de que
  - (A) os distintos usos lógicos dessa palavra asseguram que há respostas para todas as perguntas.
  - (B) as causas e as explicações apontadas por esse termo esgotam suas funções no campo da linguagem.
  - (C) o campo aberto pelas interrogações humanas vai muito além das respostas dadas pela ciência.
  - (D) a ciência se vale dessa palavra tanto para interrogar como para explicar o que nos parecia inexplicável.
  - (E) a razão de ser dessa palavra é expressar a curiosidade que sentimos diante dos fenômenos naturais.

---

2. Analisando-se a pergunta do pai e a resposta do médico, deve-se concluir que
  - (A) a explicação clínica fornecida, como costuma ocorrer, está longe de ser “irretocável”.
  - (B) a medicina tem explicações que vão muito além das nossas necessidades de conhecimento.
  - (C) a indagação do pai leva o médico a satisfazê-la com uma explicação objetiva e minuciosa.
  - (D) os esforços do médico em consolar o pai desesperado levaram-no à máxima precisão científica.
  - (E) os porquês levantados pelo pai ultrapassam em muito a “superfície causal” da sua experiência.

---

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
  - (A) *três modalidades distintas* (1º parágrafo) = três acepções meritórias.
  - (B) *padecia de má-formação vascular* (2º parágrafo) = contraía deformação dos vasos.
  - (C) *Os porquês da ciência são por vezes rasos* (3º parágrafo) = As interrogações científicas são inócuas.
  - (D) *excluem de antemão como ilegítimos* (3º parágrafo) = descartam previamente como injustificados.
  - (E) *nem sequer arranha* (3º parágrafo) = ainda assim não diz respeito.



4. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
- (A) Nas considerações que faz, o autor releva a possibilidade de haver perguntas essenciais para as quais a ciência não está habilitada a responder de forma categórica.
  - (B) Por razões categóricas, o autor acredita de que mesma as razões da ciência não é possível cobrir o âmbito das infatigáveis curiosidades humanas.
  - (C) Mesmo que não houvessem perguntas tão difíceis, acabaríamos por proferir indagações cujas a melhor ciência ainda assim não se preparou para responder convenientemente.
  - (D) O fato de que cabe a ciência dar respostas às nossas aflições, isso não justifica de que ela não as tenha, ocasionalmente, em seu processo altamente especulativo.
  - (E) As perguntas em que damos maior importância são também as mais difíceis, à medida em que nossa curiosidade avança por territórios em cuja exploração não somos capazes de levar à cabo.
- 
5. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do PLURAL para integrar adequadamente a frase:
- (A) Não (**poder**) mesmo caber aos médicos tentar responder às questões metafísicas que nos afligem.
  - (B) Às vezes se (**apresentar**) para um ser humano aflito questões que ele está longe de poder responder.
  - (C) As iniciativas que (**tomar**), por sua boa vontade, um médico dedicado, nem sempre nos consolam.
  - (D) Não se (**dever**) imaginar que as perguntas que são hoje irrespondíveis o sejam para sempre.
  - (E) Mesmo os médicos a quem se (**dedicar**) todo o respeito pela competência não são oniscientes.
- 

Atenção: Para responder às questões de números 6 a 10, baseie-se no texto abaixo.

### Presente para Maria da Graça

*Quando ela chegou à idade avançada de quinze anos eu lhe dei de presente o livro **Alice no País das Maravilhas**. Esse livro é doido, Maria da Graça. Isto é: o sentido dele está em ti.*

*Escuta: se não descobrires algum sentido que há em toda loucura acabarás louca. Aprende, pois, logo de saída para a grande vida, a ler esse livro como um simples manual do sentido evidente de todas as coisas, inclusive as loucuras. A realidade, Maria, é louca.*

*Não te espantes quando o mundo amanhecer irreconhecível. Para melhor ou pior, isso acontece muitas vezes por ano. "Quem sou eu neste mundo?" Essa indagação perplexa é o lugar-comum de toda história de gente. Quantas vezes mais decifrares essa charada, tão entranhada em ti mesma como os teus ossos, mais forte ficarás. Não importa qual seja a resposta: o importante é dar ou inventar uma resposta. Ainda que seja mentira.*

*Os homens vivem apostando corrida, Maria. Nos escritórios, nos negócios, na política, todos vivem apostando corrida. São competições tão confusas, tão cheias de truques, tão desnecessárias que, quando os corretores chegam exaustos a um ponto costumam perguntar: "Quem ganhou?" Bobagem, Maria. Há mais sentido nas saudáveis loucuras da nossa imaginação do que na seriedade que atribuímos a algumas bobagens que chamamos de "realidade".*

(Adaptado de: CAMPOS, Paulo Mendes. **O amor acaba**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 191-192)

6. Ao oferecer o livro que escolheu para presentear Maria da Graça, o narrador afirma que "esse livro é doido",
- (A) desconsiderando assim qualquer utilidade do presente: uma história inteiramente desprovida de sentido.
  - (B) imaginando que sua precoce amiga de quinze anos está habilitada a enfrentar difíceis textos teóricos.
  - (C) justificando que as loucuras da história nele imaginadas têm a ver com as loucuras que há em nossa vida.
  - (D) ironizando o fato de que ainda há muita gente que enxerga sabedoria na pura imaginação.
  - (E) ponderando que no mundo real dos negócios sai-se melhor quem melhor uso faz da fantasia criativa.
-



7. Há mais sentido nas saudáveis loucuras da nossa imaginação do que na seriedade que chamamos de realidade.

O que está dito na frase acima encontra-se basicamente reproduzido nesta outra redação:

- (A) A seriedade que chamamos de realidade faz menos sentido do que nossa imaginação com suas saudáveis loucuras.
- (B) Às loucuras que nossa imaginação dá sentido contrapõe-se a realidade que descartamos de tudo o que é sério.
- (C) Nossa imaginação saudável tem mais sentido, apesar das nossas loucuras, do que a realidade que por vezes julgamos séria.
- (D) O que seriamente chamamos de realidade alcança menos sentido quando a submetemos às loucuras da nossa imaginação.
- (E) Sendo saudáveis as loucuras da nossa imaginação, encontraremos mais sentido nas coisas sérias que consideramos reais.

8. Há presença de forma verbal na **voz passiva** e **adequada correlação** entre os tempos e modos verbais na frase:

- (A) Quando se chegasse à idade avançada dos quinze anos, não deverão faltar ao aniversariante os dotes máximos da imaginação.
- (B) As corridas que se apostam no mundo dos negócios constituem uma prova de que os homens perdem tempo com tolos desafios.
- (C) Aqueles a quem a loucura sempre espantará não teriam aproveitado o uso saudável da imaginação mais criativa.
- (D) Se o mundo um dia surgir como irreconhecível, você terá imaginado que, além de você mesmo, também ele enlouqueceu.
- (E) Por pior que fosse uma mentira ela terá sempre o dom de apelar para a imaginação de que a realidade costumasse se esquivar.

9. Considerando-se o contexto, está correta a seguinte observação sobre um procedimento do texto:

- (A) a expressão *chegou à idade avançada* (1º parágrafo) está empregada em seu sentido próprio.
- (B) a interlocução na 3ª pessoa do singular denota o uso informal da linguagem.
- (C) a expressão *indagação perplexa* (3º parágrafo) tem aqui o sentido de **questionamento ingênuo**.
- (D) o segmento sublinhado em *Ainda que seja mentira* (3º parágrafo) tem o valor de **não obstante**.
- (E) as ações de *dar ou inventar uma resposta* (3º parágrafo) são apresentadas como ocorrências simultâneas.

10. Está plenamente adequada a pontuação da seguinte frase:

- (A) Não é comum note-se bem, que alguém considere a loucura, para além da mera insanidade, vendo nela uma possibilidade criativa embora pouco explorada, da nossa imaginação.
- (B) Não é comum – note-se bem – que alguém considere, a loucura, para além da mera insanidade: vendo nela uma possibilidade criativa, embora pouco explorada, da nossa imaginação.
- (C) Não é comum, note-se bem, que alguém considere a loucura, para além da mera insanidade, vendo nela, uma possibilidade criativa embora pouco explorada, da nossa imaginação.
- (D) Não é comum: note-se bem que alguém considere a loucura, para além da mera insanidade, vendo nela uma possibilidade criativa – embora pouco explorada da nossa imaginação.
- (E) Não é comum, note-se bem, que alguém considere a loucura para além da mera insanidade, vendo nela uma possibilidade criativa, embora pouco explorada, da nossa imaginação.

**Matemática e Raciocínio-Lógico**

11. Considere os números inteiros positivos A, B e C, tais que A é escrito com três algarismos e B e C com dois algarismos cada um. Por exemplo, A pode ser 123 e B ou C podem ser 45. Se A, B e C são escritos apenas com os algarismos 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7, sem repetição, o maior valor possível da expressão  $A + B - C$  é um número divisível por
- (A) 4.  
(B) 5.  
(C) 6.  
(D) 7.  
(E) 9.
- 
12. Dois automóveis, A e B, percorrem a mesma estrada em sentidos opostos, ambos com velocidade constante. Os dois entram em um túnel no mesmo momento. A e B se cruzam após A percorrer  $\frac{2}{5}$  do comprimento do túnel. Nessa situação, é correto afirmar que a velocidade de
- (A) A é o dobro da de B.  
(B) A é  $\frac{1}{3}$  da de B.  
(C) B é 2,5 vezes a de A.  
(D) B é 1,5 vez a de A.  
(E) B é  $\frac{2}{5}$  da de A.
- 
13. Sessenta por cento dos funcionários de uma empresa trabalham externamente. Entre os que trabalham internamente, vinte por cento, correspondendo a 12 funcionários, ocupam cargos de chefia. O total de funcionários da empresa é um número entre
- (A) 90 e 100.  
(B) 145 e 155.  
(C) 120 e 130.  
(D) 185 e 195.  
(E) 200 e 210.
- 
14. Um texto em língua portuguesa, digitado com certo número de linhas por página e 40 caracteres por linha ocupa 12 páginas. Sem mudar a fonte e o tamanho da fonte, o mesmo texto pode ser digitado com o dobro de linhas por página e 60 caracteres por linha. Nesse caso, o número de páginas ocupado pelo texto será
- (A) 9.  
(B) 8.  
(C) 6.  
(D) 4.  
(E) 3.

**Noções de Informática**

15. No LibreOffice Impress 5.1, em português, um *slide* mestre contém elementos que podem ser aplicados a toda uma apresentação ou apenas para alguns *slides*. Para criar um novo *slide* mestre clica-se em
- (A) Inserir > Slide mestre > Novo Slide Mestre.  
(B) Exibir > Slide Mestre. Depois, clica-se com o botão direito do *mouse* no painel esquerdo e seleciona-se a opção Novo slide mestre.  
(C) Arquivo > Novo > Slide Mestre.  
(D) Ferramentas > Formatação > Slide Mestre > Novo Slide Mestre.  
(E) Inserir > Modelo > Slide Mestre. Depois, clica-se com o botão direito do *mouse* no painel esquerdo e seleciona-se a opção Novo slide mestre.

16. Um técnico deseja somar em uma planilha do Microsoft Excel 2013, em português, somente os valores contidos nas células A1, C2, B6 e D8. Para isso, poderá utilizar a fórmula
- (A) =SOMA (A1 : C2 : B6 : D8 )  
 (B) =SOMA (A1 , C2 , B6 , D8 )  
 (C) =SUM (A1 : C2 : B6 : D8 )  
 (D) =SOMA (A1 : D8 )  
 (E) =SOMA (A1 ; C2 ; B6 ; D8 )
- 
17. Para acessar a página pela qual será possível encontrar a opção que permitirá limpar os dados de navegação (histórico, senhas, cookies etc.) das versões mais recentes do Google Chrome, basta digitar, na linha de endereço do navegador, o comando
- (A) google://settings/  
 (B) goto history  
 (C) chrome://history/  
 (D) http://history  
 (E) clear://history

**Legislação. Aplicada ao MPPE**

18. De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 12/1994 (Lei Orgânica do MPPE), o Corregedor Geral do Ministério Público
- (A) será eleito pelo Colégio de Procuradores, dentre os membros do Ministério Público, na mesma data da eleição dos integrantes do Conselho Superior do Ministério Público, tomará posse no prazo de dez dias e entrará em exercício nos cinco dias que a ela se seguirem.  
 (B) poderá ser destituído pelo voto de um terço dos membros do Colégio de Procuradores de Justiça, em caso de abuso de poder, conduta incompatível ou grave omissão dos deveres do cargo, por representação do Conselho Superior do Ministério Público.  
 (C) será assessorado por até quatro Promotores de Justiça da mais elevada entrância, por ele designados, após a indicação dos seus nomes pelo Procurador-Geral de Justiça.  
 (D) será substituído, em seus afastamentos e impedimentos, pelo Corregedor Geral Substituto indicado pelo Colégio de Procuradores e aprovado pelo Procurador-Geral de Justiça.  
 (E) será escolhido pelo Conselho Superior do Ministério Público, em votação secreta, dentre os membros titulares que o integram, em sessão a ser realizada na mesma data da posse dos seus integrantes, para mandato de dois anos, vedada a recondução.
- 
19. De acordo com a Lei nº 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial), é correto afirmar que:
- (A) Os programas de ações afirmativas serão implementados, excepcionalmente e apenas na esfera pública, para reparar as desigualdades sociais e demais práticas discriminatórias adotadas durante o processo de formação social do País.  
 (B) Nos programas destinados à veiculação pelas emissoras de televisão, deverá ser adotada a prática de conferir oportunidades de emprego para atores, figurantes e técnicos negros, inclusive quando se tratar de programas que abordem especificidades de grupos étnicos determinados, sendo vedada toda e qualquer discriminação de natureza política, ideológica ou étnica.  
 (C) Serão assegurados à população negra a assistência técnica rural, a simplificação do acesso ao crédito agrícola e o fortalecimento da infraestrutura de logística para a comercialização da produção.  
 (D) É assegurada a assistência religiosa aos praticantes de religiões de matrizes africanas internados em hospitais ou em outras instituições de internação coletiva, exceto àqueles submetidos a pena privativa de liberdade.  
 (E) A fim de integrar a população negra que vive em áreas urbanas subutilizadas, degradadas ou em processo de degradação é assegurado o direito à moradia adequada, que inclui, para efeitos dessa lei, exclusivamente o provimento habitacional.
- 
20. Ficou comprovado que houve assassinato, pela única razão de menosprezo à condição de mulher, praticado por Samuel contra sua vizinha Maria de Fátima, de trinta anos de idade, que possuía um filho ao qual deu à luz dois meses exatos antes do crime. Com base nas disposições da Lei nº 13.104/2015 (Lei do Feminicídio), nesse caso, o crime de feminicídio
- (A) está caracterizado e a pena prevista em lei será aumentada de um terço até a metade.  
 (B) não está caracterizado, pois não houve violência doméstica.  
 (C) está caracterizado em sua modalidade simples, não havendo aumento de pena.  
 (D) está caracterizado e a pena prevista em lei será aumentada de um a dois terços.  
 (E) está caracterizado e a pena prevista em lei será aumentada de um sexto a um terço.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Constitucional**

21. Segundo a Constituição Federal, NÃO haverá penas

- I. de caráter perpétuo.
- II. de perda de bens e valores.
- III. de banimento.
- IV. cruéis.
- V. de interdição temporária de direitos.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) II e IV.
- (C) I, IV e V.
- (D) II, III e V.
- (E) I, III e IV.

22. De acordo com o que estabelece a Constituição Federal acerca dos Direitos e Garantias Fundamentais,

- (A) a prática de racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de detenção, nos termos da lei.
- (B) as associações somente poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial transitada em julgado.
- (C) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
- (D) é assegurada, nos termos da lei, a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, exceto nas atividades desportivas.
- (E) são gratuitas as ações de *habeas corpus*, *habeas data* e mandado de segurança, bem como, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.

23. É direito dos trabalhadores urbanos e rurais, assegurado na Constituição Federal, além de outros que visem à melhoria de sua condição social,

- (A) a remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em sessenta por cento à do normal.
- (B) a irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção coletiva ou acordo individual de trabalho.
- (C) a jornada de quatro horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.
- (D) a proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos.
- (E) o seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do Fundo de Amparo ao Trabalhador, quando averiguado o dolo ou a culpa do empregador.

24. Acerca do que dispõe a Constituição Federal sobre o Ministério Público e seu Conselho Nacional,

- (A) o Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.
- (B) a destituição do chefe do Ministério Público da União, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional.
- (C) os Procuradores-Gerais nos Estados e no Distrito Federal e Territórios poderão ser destituídos por deliberação da maioria absoluta do Senado Federal, na forma da lei ordinária respectiva.
- (D) ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, sendo-lhe vedado, contudo, propor a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, em razão de ser esta atribuição de competência exclusiva do chefe do Poder Executivo.
- (E) o Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral de Justiça, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.



25. À luz da Constituição Federal, o Ministério Público tem como função institucional, dentre outras,
- (A) representar a União na execução da dívida ativa de natureza tributária.
  - (B) prestar orientação jurídica, bem como promover os direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados.
  - (C) promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos na Constituição Federal.
  - (D) exercer o controle interno da atividade policial, na forma de lei complementar.
  - (E) representar a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.
- 
26. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre
- (A) organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões.
  - (B) criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas.
  - (C) águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão.
  - (D) desapropriação.
  - (E) seguridade social.
- 

#### Noções de Direito Administrativo

27. Durante uma auditoria contratada pelo próprio ente federado, foi identificada uma contratação de aquisição de *software*, que se deu mediante realização de pregão presencial. Não foi identificada qualquer irregularidade no valor da contratação, que culminou sensivelmente abaixo do orçamento elaborado pela contratante. Ao contrário, a consulta ao procedimento de licitação permitiu verificar a presença de diversos licitantes e de disputa de lances. O relatório da auditoria opinou pela irregularidade da contratação, por inaplicabilidade do pregão para aquisição de bens de informática e afins. Essa análise
- (A) procede, sendo vedada a utilização dessa modalidade de licitação para a aquisição de bens dessa natureza, não havendo, contudo, fundamento para anulação porque ausente prejuízo ao erário público.
  - (B) não pode ser presumida verdadeira, cabendo analisar se os bens objeto de aquisição poderiam ter sido objetivamente descritos para fins de isonomia e efetiva competição, ou seja, se poderiam ser considerados de natureza comum.
  - (C) tem caráter meramente opinativo, importando à Administração pública contratante a discricionariedade no juízo decisório sobre o cabimento e conveniência de anular o contrato.
  - (D) vincula a decisão do administrador, cabendo a anulação do procedimento licitatório, não sendo decorrência dela a anulação do contrato, se este estiver atendendo o interesse público e sendo bem executado.
  - (E) se insere no poder de revisão dos próprios atos pela Administração pública, que pode revogar ou anular o contrato em vigência diante de comprovados vícios de legalidade, como, no caso, de forma, insanáveis por natureza.
- 
28. A edição de um decreto municipal que, pretendendo incentivar a reciclagem de lixo, estabelece a concessão de prêmios aos moradores que conseguirem comprovar determinadas quantidades de seleção, coleta e entrega nas oficinas especializadas, bem como estabelece multas para aqueles que não o fizerem,
- (A) configura expressão do poder normativo do ente público, na medida em que disciplina gestão de serviços públicos de sua titularidade e o manejo de verbas públicas disponíveis.
  - (B) excede o poder normativo do município, que pode se prestar apenas a disciplinar e explicitar a operacionalização de disposições legais.
  - (C) se insere no poder de polícia do ente, que pode instituir e aplicar multas àqueles que descumprirem a disciplina normativa editada pelo ente.
  - (D) configura excesso de poder normativo, já que extrapola os limites materiais admitidos para os decretos autônomos do Chefe do Executivo, ingressando em matéria de lei.
  - (E) pode ser convalidado se restar comprovado que o interesse público está presente, bem como que a população concorda com a instituição de prêmios e multas.
-



29. Uma sociedade de economia mista prestadora de serviços públicos de abastecimento de água à população
- (A) integra a Administração pública indireta, submetendo-se a regime jurídico de direito privado em suas relações, sejam elas contratuais ou funcionais, o que impede a submissão das mesmas a normas e princípios típicos da Administração direta.
  - (B) não se submete à necessidade de realização de licitações para contratação de serviços e outros objetos pertinentes à sua gestão operacional, pois se trata de pessoa jurídica de direito privado.
  - (C) responde civilmente pelos danos causados por seus servidores no exercício de suas funções, sob a modalidade subjetiva, para evitar concorrência desleal e ofensa ao princípio da isonomia.
  - (D) tem regime de bens integralmente aderente ao regime jurídico de direito público, para tutela do seu escopo de atividades, sendo necessária lei formal para autorizar a alienação de qualquer de seus bens.
  - (E) submete-se à responsabilidade extracontratual nos mesmos moldes da Administração direta, em razão do seu escopo de atuação, respondendo objetivamente pelos danos causados por seus agentes no exercício de suas atividades.
- 
30. Os servidores que integram o corpo funcional de autarquias e fundações
- (A) podem praticar atos que acarretem responsabilidade civil às pessoas jurídicas que representam, o que não afasta a possibilidade de responsabilização pessoal, na esfera administrativa e civil, o que abrange configuração de atos de improbidade, assim como não afasta a possibilidade de se submeterem a processo criminal independente.
  - (B) enquadram-se no conceito legal de agente público para fins de caracterização de ato de improbidade, admitindo-se, no entanto, em relação aos mesmos, tipificação somente nas hipóteses de conduta dolosa, como proteção à lisura de suas atividades.
  - (C) podem figurar como sujeitos passivos de ação de improbidade, em qualquer das modalidades tipificadas como tal, sendo desnecessária comprovação de dolo para a configuração das mesmas, na medida em que o exercício de cargo público exige maior responsabilidade.
  - (D) editam atos administrativos e atos materiais de outras naturezas, no regular exercício de suas funções, não se responsabilizando pessoalmente pelas consequências dos mesmos, na medida em que o fazem em nome da pessoa jurídica que representam.
  - (E) estão sujeitos a responsabilidade civil, criminal e administrativa, não abrangendo a prática de ato de improbidade se não tiver havido prejuízo ao erário, pois fica presumida a boa-fé desses agentes públicos.
- 
31. A possibilidade de alteração de um contrato administrativo que foi firmado após regular procedimento licitatório
- (A) é exclusiva e restrita ao poder público contratante, cabendo ao contratado submeter-se às majorações ou reduções de objeto e de valores, podendo apenas exigir a manutenção do reequilíbrio econômico-financeiro.
  - (B) deve ser analisada sob o prisma qualitativo ou quantitativo, neste último caso estabelecidos expressamente na lei percentuais legais distintos para majoração ou supressão do valor do contrato cuja aceitação é obrigatória pelo contratado.
  - (C) pode se dar por iniciativa de qualquer das partes, desde que concorde a outra e mantido o equilíbrio econômico-financeiro da avença.
  - (D) pode se dar somente nas hipóteses de ocorrência de evento extraordinário, imprevisível e que acarrete desequilíbrio significativo no contrato.
  - (E) não demanda concordância do contratado, pois a recusa deste enseja rescisão contratual unilateral, com a necessária imposição de sanções ao discordante.
- 
32. Os atos administrativos vinculados, quando editados pela Administração pública com vícios,
- (A) são nulos caso apresentem vícios de legalidade, o que impede o aproveitamento dos mesmos e dos direitos deles decorrentes.
  - (B) podem ensejar convalidação, como nos casos de vícios de finalidade e objeto, desde que seja materialmente possível a recomposição da situação ao status anterior à edição dos mesmos.
  - (C) podem ser convalidados no caso de serem sanáveis os vícios de legalidade que o maculam, como, por exemplo, em se tratando de vício de forma.
  - (D) não admitem convalidação, instituto típico e exclusivo dos atos discricionários, na medida em que compreendem juízo de oportunidade e conveniência pelo administrador.
  - (E) devem ser editados pelas autoridades competentes, estabelecidas na lei específica que autorizou a edição dos atos, o que impede o exercício da convalidação, pois significaria alteração de lei por meio de ato administrativo.

Noções de Direito Civil

33. Leandro, na condução de sua motocicleta, para não causar mal maior, decide deliberadamente jogá-la contra o automóvel de Roberto, provocando-lhe dano, evitando, assim, o atropelamento de Paulo, que, imprudentemente, atravessou a rua fora da faixa de pedestre e sem se atentar para o trânsito de veículos. Nesse caso, no tocante à colisão do veículo, Leandro terá praticado ato
- (A) ilícito e injustificável em relação a Roberto, que nada tem a ver com a imprudência de Paulo.
  - (B) lícito, desde que as circunstâncias o tornassem absolutamente necessário, não excedendo os limites do indispensável para evitar o atropelamento de Paulo.
  - (C) ilícito, porém justificável e legítimo, ainda que houvesse outro meio menos gravoso para evitar o atropelamento de Paulo.
  - (D) lícito, ainda que houvesse outro meio menos gravoso para evitar o atropelamento de Paulo.
  - (E) que não se qualifica como lícito ou ilícito, ante a excepcionalidade da situação de perigo iminente provocada por terceiro.

34. Acerca da formação dos contratos, considere:

- I. A aceitação da proposta fora do prazo, com adições, restrições, ou modificações, não será considerada nova proposta, salvo se expressa e inequívoca essa intenção.
- II. Se o negócio for daqueles em que não seja costume a aceitação expressa, ou o proponente a tiver dispensado, reputar-se-á concluído o contrato, não chegando a tempo a recusa.
- III. Os contratos entre ausentes tornam-se perfeitos desde o momento em que a aceitação é recebida pelo proponente, independentemente de quando tenha sido expedida.
- IV. Reputar-se-á celebrado o contrato no lugar em que foi proposto.
- V. Se a aceitação da proposta, por circunstância imprevista, chegar tarde ao conhecimento do proponente, este não tem o dever de comunicar o fato ao aceitante.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) III e V.
- (C) II e IV.
- (D) I e III.
- (E) IV e V.

35. Luísa possui residências, com ânimo definitivo, nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, nas quais alternadamente vive. Considerando-se que a residência de São Paulo é onde vive há mais tempo, a residência do Rio de Janeiro é onde passa a maior parte do ano e a residência de Belo Horizonte foi a estabelecida por ela mais recentemente, Luísa possui domicílio em
- (A) São Paulo, apenas.
  - (B) Rio de Janeiro, apenas.
  - (C) Belo Horizonte, apenas.
  - (D) São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.
  - (E) São Paulo e Belo Horizonte, apenas.

36. A validade do negócio jurídico requer, além de outros requisitos, a celebração por agente capaz. A incapacidade relativa de uma das partes contratantes
- (A) pode ser invocada pela outra em benefício próprio, desde que essa circunstância não fosse por esta conhecida por ocasião da contratação.
  - (B) pode ser invocada pela outra em benefício próprio, mesmo que essa circunstância já fosse por esta conhecida por ocasião da contratação.
  - (C) não pode ser invocada pela outra em benefício próprio, mas sempre aproveita aos cointeressados capazes, ainda que divisível o objeto do direito ou da obrigação comum.
  - (D) não pode ser invocada pela outra em benefício próprio, nem jamais aproveita aos cointeressados capazes, mesmo se indivisível o objeto do direito ou da obrigação comum.
  - (E) não pode ser invocada pela outra em benefício próprio, nem aproveita aos cointeressados capazes, salvo se, neste caso, for indivisível o objeto do direito ou da obrigação comum.

**Noções de Direito Processual Civil**

37. A parte que incorrer em litigância de má-fé será condenada pelo juiz ao pagamento de multa
- (A) correspondente a 1% do valor corrigido da causa, podendo ser fixada em até 100 vezes o valor do salário-mínimo quando o valor da causa for irrisório ou inestimável.
  - (B) que não poderá ser superior a 1% do valor corrigido da causa, podendo ser fixada em até 10 vezes o valor do salário-mínimo quando o valor da causa for irrisório ou inestimável.
  - (C) que não poderá ser superior a 1% do valor corrigido da causa, podendo ser fixada em até 100 vezes o valor do salário-mínimo quando o valor da causa for irrisório ou inestimável.
  - (D) que deverá ser superior a 1% e inferior a 10% do valor corrigido da causa, podendo ser fixada em até 10 vezes o valor do salário-mínimo quando o valor da causa for irrisório ou inestimável.
  - (E) que deverá ser superior a 1% e inferior a 10% do valor corrigido da causa, podendo ser fixada em até 100 vezes o valor do salário-mínimo quando o valor da causa for irrisório ou inestimável.
- 
38. Em regra, ao formular a petição inicial, caberá ao autor deduzir pedido determinado. Admite-se, porém, a formulação de pedido genérico, entre outras hipóteses,
- (A) quando não for possível determinar, desde logo, as consequências do ato ou do fato.
  - (B) nas ações universais, mesmo se o autor puder individualizar os bens demandados.
  - (C) quando a determinação do objeto, das partes ou do valor da condenação depender de ato de terceiro.
  - (D) quando a parte autora for hipossuficiente em relação ao réu.
  - (E) quando desconhecido o réu, nas ações fundadas em direito real.
- 
39. Acerca da audiência de instrução e julgamento, considere:
- I. A audiência poderá ser adiada por mera convenção das partes.
  - II. O juiz poderá dispensar a produção das provas requeridas pela parte cujo advogado ou defensor público não tenha comparecido à audiência, aplicando-se a mesma regra ao Ministério Público.
  - III. A audiência é una e contínua, não se admitindo sua cisão em nenhuma hipótese.
  - IV. Mesmo enquanto depuserem as testemunhas, o membro do Ministério Público poderá livremente intervir ou apartear, independentemente de licença do juiz.
  - V. A audiência será pública, inclusive nos feitos que tramitam em segredo de justiça.
- É correto o que se afirma APENAS em:
- (A) I e II.
  - (B) IV e V.
  - (C) II e IV.
  - (D) III e V.
  - (E) I e III.
- 
40. Diogo ajuizou contra Paulo ação de cobrança de alugueres, vindo a falecer no curso do processo, logo depois e oferecida a contestação e antes de proferida a sentença. Nos termos do Processo Civil, não ajuizada ação de habilitação, ao tomar conhecimento da morte do autor, o juiz deverá
- (A) extinguir desde logo o processo sem resolução do mérito, o que não impede o espólio ou os sucessores de renovar a propositura da ação.
  - (B) extinguir desde logo o processo com resolução do mérito, o que impede o espólio ou os sucessores de renovar a propositura da ação.
  - (C) suspender o processo e, sem ordenar qualquer intimação, marcar prazo para que seu espólio, quem for o sucessor ou, se for o caso, seus herdeiros manifestem interesse na sucessão processual e promovam a respectiva habilitação, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito.
  - (D) suspender o processo e determinar a intimação de seu espólio, de quem for o sucessor ou, se for o caso, dos herdeiros, pelos meios de divulgação que reputar mais adequados, para que manifestem interesse na sucessão processual e promovam a respectiva habilitação no prazo designado, sob pena de extinção do processo com resolução de mérito, pela preclusão.
  - (E) suspender o processo e determinar a intimação de seu espólio, de quem for o sucessor ou, se for o caso, dos herdeiros, pelos meios de divulgação que reputar mais adequados, para que manifestem interesse na sucessão processual e promovam a respectiva habilitação no prazo designado, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito.

**Noções de Direito Penal**

41. Não há crime sem lesão efetiva ou ameaça concreta ao bem jurídico tutelado. Tal enunciado refere-se ao princípio da
- (A) proporcionalidade.
  - (B) intervenção mínima.
  - (C) ofensividade.
  - (D) bagatela imprópria.
  - (E) alteridade.

42. Não há crime quando o agente pratica o fato:
- I. Em estado de necessidade.
  - II. Em estado de embriaguez culposa pelo álcool.
  - III. Em estrito cumprimento de dever legal.
  - IV. No exercício regular de direito.
  - V. Sob o efeito de emoção ou paixão.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
  - (B) I, IV e V.
  - (C) II, III e V.
  - (D) II, IV e V.
  - (E) I, III e IV.
43. Gonçalo, funcionário público de determinada secretaria estadual, em razão da função por ele exercida, exige para si, de Marcelo, determinada vantagem indevida, não chegando, entretanto, a recebê-la. Tal conduta caracteriza, em tese, o crime de
- (A) corrupção passiva consumada.
  - (B) tentativa de corrupção ativa.
  - (C) tentativa de prevaricação.
  - (D) concussão consumada.
  - (E) peculato consumado.

**Noções de Direito Processual Penal**

44. À luz do que dispõe o Código de Processo Penal sobre os sujeitos da relação processual,
- (A) em todos os termos da ação pública, poderá intervir, como assistente do Ministério Público, o ofendido ou seu representante legal.
  - (B) nos juízos coletivos, não poderão servir no mesmo processo os juízes que forem entre si parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral até o quarto grau, inclusive.
  - (C) as disposições sobre suspeição dos juízes não se estendem aos serventuários e funcionários da justiça.
  - (D) o corréu no mesmo processo poderá intervir como assistente do Ministério Público.
  - (E) nenhum acusado, exceto se estiver foragido, será processado ou julgado sem defensor.
45. O princípio do Direito Processual Penal que impede a criação de tribunais de exceção refere-se ao princípio
- (A) do contraditório.
  - (B) da verdade real.
  - (C) da oficiosidade.
  - (D) do juiz natural.
  - (E) da indisponibilidade.
46. Acerca do que dispõe o Código de Processo Penal sobre as diversas modalidades de comunicação processual,
- (A) se o réu estiver preso, será citado na pessoa de seu defensor.
  - (B) se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional.
  - (C) estando o acusado no estrangeiro, em lugar sabido, será citado mediante carta precatória.
  - (D) a intimação do defensor constituído, do advogado do querelante e do assistente far-se-á por oficial de justiça.
  - (E) verificando que o réu se oculta para não ser citado, será citado por edital, com o prazo de 15 dias.

**Noções de Administração**

47. O *Balanced Scorecard- BSC* é uma metodologia que prioriza o equilíbrio organizacional a partir das perspectivas:

- I. financeira.
- II. dos processos internos.
- III. dos clientes.
- IV. do aprendizado e crescimento.
- V. dos fatores exógenos.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I, III e V.
- (C) I, II, III e V.
- (D) I e III.
- (E) II e III.

48. Entre as diversas escolas que se sucederam no estudo das estruturas organizacionais, pode-se citar a abordagem sistêmica da administração, baseada nos conceitos desenvolvidos por Ludwig von Bertalanffy, que possui como foco

- (A) a função de staff, que centraliza a matriz de responsabilidades no sistema organizacional.
- (B) a unidade de comando, buscando isolar a organização de fatores exógenos.
- (C) a cadeia escalar, que representa a gradação de responsabilidades internas.
- (D) os centros de resultado, que irradiam comandos para toda a organização.
- (E) a interação da organização com o ambiente em que se insere, sendo por este influenciada.

49. Suponha que determinada empresa pública, buscando atingir as metas constantes de seu planejamento estratégico, pretenda aplicar conceitos e técnicas para aumentar a motivação de seus empregados. A consultoria especializada contratada para desempenhar tal atribuição afirmou, contudo, que, considerando a natural aversão ao trabalho, os empregados necessitam de direção e controle para a realização das tarefas. A premissa adotada pela consultoria denota os conceitos predicados por teoria motivacional descrita pela doutrina, correspondente à

- (A) Teoria da Hierarquia das Necessidades, de Maslow, que sustenta ser a autorrealização o fator motivacional fundamental.
- (B) Teoria X, de MacGregor, que apresenta uma concepção negativa da natureza humana, de acordo com a qual o homem médio evita o trabalho.
- (C) Teoria Y, de Herzberg, fundada na crença de que o trabalho é um fator insatisfaciente e somente a recompensa financeira gera motivação para a tarefa.
- (D) Teoria da Expectativa, de Macclelland, que propõe o reforço negativo, fundado em sanções e supressão de benefícios, como meio de atingir os objetivos postos.
- (E) Teoria Bifatorial, de Skinner, de acordo com a qual os fatores exógenos ao indivíduo, como pressão social, são capazes de anular fatores intrínsecos de resistência à realização da tarefa.

50. Considere que determinada entidade integrante da Administração indireta, tendo sido incumbida da execução de projetos governamentais de natureza estratégica, pretenda aplicar metodologia de gestão de projetos consagrada e bastante utilizada na esfera privada, denominada PERT – *Program Evaluation and Review Technique*. Isso significa que

- (A) pretende desconsiderar estimativas de tempo de conclusão do projeto, considerando que as mesmas dificilmente são aderentes ao cenário real.
- (B) está assumindo, como premissa, um cenário conservador para fins de estimativa do tempo de execução do projeto, fixando um cronograma mais elástico.
- (C) irá trabalhar com uma análise probabilística do tempo de conclusão dos projetos, efetuando uma média ponderada de diferentes cenários estimativos.
- (D) irá atuar mais fortemente nos aspectos relacionados aos custos do projeto, sem preocupação com o cronograma de execução.
- (E) adotará a premissa de que o foco na previsão de tempo de execução do projeto é prejudicial à qualidade final, dispensando cronogramas e adotando apenas controles de resultados.

## PROVA DISCURSIVA-REDAÇÃO

**Instruções Gerais:**

Conforme Edital publicado. Capítulo 10: 10.4 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na Prova Discursiva-Redação, os candidatos devem usar as normas ortográficas em vigor a partir de 1 de janeiro de 2016, implementadas pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 10.5 Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Redação que: a. fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b. não atender aos critérios dispostos nos quesitos 10.3.1 – **Conteúdo**, 10.3.2 – **Estrutura** e 10.3.3 – **Expressão**. c. apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; d. for assinada fora do local apropriado; e. apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; f. for escrita a lápis, em parte ou em sua totalidade; g. estiver em branco; h. apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; i. não atender aos requisitos definidos na grade correção/máscara de critérios pela Banca Examinadora. 10.6 Na Prova Discursiva-Redação, a folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 10.7 Na Prova Discursiva-Redação deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 10.8 A Prova Discursiva-Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a **60 (sessenta) pontos**.

Observação: NÃO é necessária e/ou obrigatória a colocação de título na sua Redação.

## I

*O mundo simbólico se amplia diariamente. A maior parte dos fenômenos, sejam de natureza política, econômica, social ou cultural, fazem parte de um registro contínuo do homem. Também a reinvenção da realidade por meio dos textos literários amplia o nosso próprio mundo simbólico, desenvolve nossa capacidade de comunicar e criticar, enfim, é um ato contínuo de recriação e invenção.*

(Adaptado de: Carla Caruso. Disponível em: [educacao.uol.com.br](http://educacao.uol.com.br))

## II

*Podemos constatar que a literatura não tem hoje o papel que tinha no século 19. Apesar do número enorme de romances publicados, poucos são os que remodelam a imagem do indivíduo e da comunidade. [...] A literatura oferecia uma capacidade de alargar as formas de percepção do mundo e da comunidade, ela agia sobre a visão e o sentimento de praticamente qualquer um. Hoje não mais.*

(Adaptado de: Jacques Rancière. Entrevista a Gabriela Longman e Diego Viana. Disponível em: [revistacult.uol.com.br](http://revistacult.uol.com.br))

Com base nos excertos acima, escreva um texto dissertativo-argumentativo sobre o seguinte tema:

**O desafio de formar leitores na atualidade.**



## PROVA DISCURSIVA-REDAÇÃO

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	